

A Constituinte tem 200 dias para redigir Carta

A partir da instalação das oito comissões constitucionais temáticas e de Sistematização, o que deverá ocorrer dentro de duas semanas, a Assembleia Nacional Constituinte terá cerca de duzentos dias de trabalho, o que dá seis meses e 20 dias, até a promulgação da nova Constituição.

A previsão e levantamento foram feitos pelo ex-deputado João Gilberto, diretor do Centro de Estudos e Acompanhamento da Constituinte da Universidade de Brasília. Segundo esse estudo, os duzentos dias estão compreendidos apenas nos prazos previstos no regimento, não contando, portanto, o tempo de discussão e votação do projeto de Constituição em dois turnos, quando cada um dos 559 constituintes poderá usar da palavra por 20 minutos e o relator de cada emenda por mais 30 minutos, o que torna imprevisível qualquer avaliação de tempo.

Dessa forma, segundo prevê João Gilberto, esses duzentos dias serão ampliados por, no mínimo, trinta dias mais, sendo impossível a promulgação da nova Constituição na data que o governo e a Aliança Democrática queriam: 7 de setembro. A data mais provável, segundo previsão do próprio relator do regimento interno e líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso, é 15 de novembro deste ano.

Pelo fluxograma da Assembleia Nacional Constituinte, os prazos começam a vigor a partir da instalação das comissões temáticas, 48 horas depois da eleição da Mesa. É o seguinte o estudo de João Gilberto:

Comissões temáticas — organização, pareceres das subcomissões, em 40 dias; e pareceres das comissões: 60 dias; Comissão de Sistematização: 30 dias; publicação e distribuição do projeto: 24 horas; discussão em plenário, com 30 dias para a apresentação de emendas: 40 dias; elaboração de parecer sobre as emendas pela Comissão de Sistematização: 25 dias; primeira votação: sem previsão de tempo; redação para 2º turno de discussão e votação, pela Comissão de Sistematização: dez dias; publicação: dois dias; 2º turno de discussão em plenário (apresentação de emendas supressivas ou de redação): 15 dias; elaboração de pa-



Alencar Monteiro

Antes das comissões, Bueno quer definição sobre o regime

recer sobre as novas emendas pela Comissão de Sistematização: dez dias; segunda votação: sem previsão de tempo; redação pela Comissão de Sistematização: cinco dias; publicação e inclusão da ordem do dia: um dia; elaboração de parecer da Comissão de Sistematização, se houver emenda de redação: dois dias; e votação da redação final e promulgação: sem previsão de tempo.

Além de três oportunidades em que não há previsão de tempo, o estudo de João Gilberto não prevê tempo para uma possível convocação de plebiscito para referendo à Constituição, antes da promulgação, o que significa mais tempo ainda de trabalhos para a Constituinte.

Na votação dos destaques, algumas alterações foram introduzidas no parecer do líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso.

Uma emenda do deputado Roberto D'Ávila (PDT-RJ), aprovada em destaque, pretende impedir a atuação dos grupos de lobby na Constituinte. Outro destaque ampliou as imunidades parlamentares, e outro, do deputado Adhemar de Barros Filho (PDT-SP) exige que o presidente da Constituinte zele pela imagem e dignidade dos constituintes.

A mais importante das emendas destacadas, ainda no começo da noite de terça-feira, foi a de Maurílio

Ferreira Lima (PMDB-PE), que chegou ao plenário já negociada. Ela limita a soberania da Constituinte, garantindo-lhe o direito de defesa contra ameaças ou constrangimentos externos, mas veta a possibilidade de iniciativas da Constituinte para alterar a Constituição em vigor, impedindo, por exemplo, qualquer manobra para alterar a duração do mandato do presidente José Sarney.

Surgiu ontem mais um candidato ao cargo de relator da Comissão de Sistematização: o ex-líder do PDS, hoje no PMDB, deputado Prisco Viana (BA) — segundo informações do deputado Miro Teixeira (PMDB-RJ) —, juntando-se aos já declarados candidatos Pimenta da Veiga, Fernando Henrique Cardoso, Bernardo Cabral e Nelson Jobim.

Fernando Henrique Cardoso prometeu para segunda-feira a apresentação da redação final do regimento interno, com as alterações promovidas pelos destaques aprovados ou pelos ajustes de lideranças antes da votação. Ele espera que terça ou quarta-feira a redação final seja votada em plenário, para entrar em vigor, substituindo as normas provisórias. Depois disso, acontecerá a eleição do restante da Mesa da Constituinte (dois vice-presidentes, três secretários e três suplentes) e em 48 horas a instalação das oito comissões temáticas e da Comissão de Sistematização.